



## VISÃO EMPRESARIAL

**Milena Waitikoski Pedroso**

Diretora de Comunicação do Instituto de Estudos Empresariais (IEE)

## O País da catarata

Dizem que a cirurgia de catarata devolve ao mundo os seus contornos mais nítidos. As cores voltam a ter bordas, os rostos recuperam rugas e aquela névoa que confundia longe com perto finalmente se dissipou. Pois bem, o presidente da República passou pela cirurgia recentemente. Mas o Brasil, será que agora também poderia ir para uma sala de recuperação?

Luiz Inácio Lula da Silva agora enxerga melhor. Será que vê o carrinho do supermercado mais vazio e a conta mais alta? Será que consegue ver o empreendedor que adia investimento porque a regra muda no meio do caminho? Ou o trabalhador que descobre que o salário continua o mesmo, mas os impostos encontraram novas formas de crescer?

Há quem diga que o problema do País sempre foi miopia seletiva. Vê-se com lupa o que convém, desfoca-se o que incomoda. Nos últimos tempos, o foco esteve em arrecadar mais – por decreto, por acordão com o Legislativo, por criatividade tributária –, como se o problema brasileiro fosse a falta de receita, e não o excesso de gasto mal avaliado.

Enquanto isso, a promessa de responsabilidade fiscal vive de óculos emprestados e fajutos, pois segue premiando o conforto institucional: penduricalhos milionários no Poder Judiciário, livres de imposto e julgados pelos próprios beneficiários; servidores que não podem ser demitidos mesmo quando erram reiteradamente; privilégios defendidos como se fossem cláusulas pétreas da civilização. Todos vivendo sob a mesma crença: a de que alguém sempre pagará a conta. E nós sabemos quem.

Talvez o problema do País nunca tenha sido falta de visão,

mas excesso de ilusão. Vivemos na República da Barbadinha, onde tudo parece ter alto retorno, baixo risco e alguém sempre disposto a pagar a conta depois. O banco que promete CDBs pagando 130% do CDI amparado pela crença quase religiosa de que o FGC estará lá, como um pai indulgente dizendo “deixa que eu pago”. O investidor finge que não vê o risco; o sistema finge que isso não cria incentivos perversos. Quando a conta chega, todos se espantam, como se existisse almoço grátis.

Uma catarata removida poderia ajudar a ver o óbvio: a inflação não é um capricho estatístico, mas uma fila no aço-gue; a incerteza regulatória não é um debate acadêmico, mas investimentos que não nascem; o gasto público sem lastro não é generosidade, é uma conta enviada ao futuro, com juros. Crescimento econômico não é um slogan, é um método – previsibilidade, incentivos corretos, respeito às regras.

Guimarães Rosa diria que enxergar é um exercício de honestidade. Concordo. Governar também deveria ser. O País precisa menos de colírios retóricos e mais de visão periférica, aquela que percebe consequências antes de bater no poste. Enxergar melhor, aqui, não é ver mais Estado, é ver limites. Não é ver mais impostos, é ver produtividade. Não é ver inimigos imaginários, é ver cidadãos reais.

Se a cirurgia serviu para algo além do boletim médico, fica o convite: venha ver o Brasil de frente. Além de observar, escute mais quem pensa diferente, converse não só com os amigos da bolha míope que aplaude. Às vezes, uma boa conversa vale mais que um novo grau nos óculos. E, quem sabe, ajuda a ajustar a lente que o País espera há décadas.

**Há quem diga que o problema do País sempre foi miopia seletiva. Vê-se com lupa o que convém, desfoca-se o que incomoda**

## OPINIÃO

*Produtividade com propósito: quando a gestão da vida impacta os resultados profissionais***Júlia Neves**

Advogada, doutora em Direito e professora universitária

Em nossas vidas, assumimos múltiplos papéis: mãe, esposa, profissional, amiga. Cada um traz responsabilidades e expectativas. Em uma sociedade hiper conectada, marcada pela ostentação e distrações, sentimo-nos obrigados a parecer felizes, consumir o que está na moda e seguir padrões externos. Vive-se no automático, perdendo o que nos diferencia: nossa essência.

Em 2025, eu e meu marido lançamos um livro chamado “Escolha ser +FFRI: e seja +Livre todos os dias da sua vida”, no qual relatamos o modelo de vida que desenvolvemos nos últimos cinco anos, detalhando a forma como gerenciamos nosso dia a dia, nossa energia e nosso foco para ser +Feliz, +Fit, +Rico e +Inteligente.

Desde que começamos a falar sobre a vida +FFRI, muitas pessoas nos dizem: “mas isso é o que todo mundo quer”. E é verdade. Querer todo mundo quer, mas por que será que apenas poucos conseguem? Posso listar três motivos principais.

**1. A ilusão da perfeição:** Muitos idealizam a vida +FFRI como um estado inalcançável, uma vida sem problemas. Não compreendem que não se trata de chegar ao topo, mas de uma jornada contínua para ser um pouco melhor a cada dia em cada pilar.

**2. O apego aos vícios:** Muitos querem virtudes, mas não abrem mão de hábitos nocivos: fofocas, reclamações, gastos impulsivos e alimentação desregrada. Querem foco, mas entregam-se às distrações.

**3. A busca por atalhos:** Ao falar na mudança de hábitos, recorrem a fórmulas mágicas, como dietas milagrosas ou apostas, em vez

de assumir o compromisso real.

Ser +FFRI não é sobre ser perfeito, mas ser consistente. É entender que o equilíbrio perfeito não existe, mas a evolução diária sim! É difícil, mas possível.

Com essa clareza, você percebe que não é preciso sacrificar um pilar pelo outro, desde que sacrifique seus vícios e distrações improdutivas. Você não precisa abrir mão da família para prosperar, nem negligenciar sua saúde para ter sucesso. Troque a palavra equilibrar pela palavra conciliar. Conciliar trabalho e saúde, curto prazo e longo prazo, família e estudo... Pequenos passos diárias formam o verdadeiro caminho para a vida +FFRI.

**Conciliar trabalho e saúde, curto prazo e longo prazo, família e estudo... pequenos passos diárias formam o verdadeiro caminho para a vida +FFRI (+Feliz, +Fit, +Rico e +Inteligente)**



ONÉL TIRAJAU/DIVULGAÇÃO/JC

*Famílias empresárias: quando encerrar é a solução***Laís Machado Lucas**

Advogada de Famílias Empresárias

Grande parte das empresas brasileiras foi construída por famílias empresárias, movidas por um desejo legítimo: unir patrimônio, trabalho e afeto em torno de um projeto comum. São negócios criados com o propósito de durar, gerar valor e transmitir um legado às próximas gerações. Com o tempo, porém, contextos mudam – e os membros da família também. Em certos momentos, manter a sociedade pode deixar de fazer sentido. Reconhecer isso é parte do amadurecimento.

Essa percepção não costuma surgir de forma abrupta. Ela se forma aos poucos, em meio a reuniões tensas, promessas revisitas e conflitos recurrentes. Até que surge a pergunta que exige coragem: como encerrar uma so-

ciedade familiar sem romper os vínculos que ainda valem a pena?

Esse ponto de virada é delicado. Envolve culpa, expectativas frustradas e medo de ferir laços afetivos. Mas admitir que a estrutura vigente já não sustenta o negócio pode ser o passo mais responsável. Não se trata de abandono, mas de reorganização – e, muitas vezes, de proteção ao patrimônio e às relações.

Felizmente, há caminhos legais que tornam esse processo menos doloroso. A cisão empresarial, por exemplo, permite dividir a empresa em unidades distintas, cada uma sob a gestão de um ramo da família. Quando bem estruturada, essa solução oferece mais autonomia e menos atrito, mantendo a viabilidade econômica.

Outra alternativa é a dissolução parcial: o negócio continua, mas sem os sócios que optam

por sair, recebendo seus haveres de forma justa. Para muitas famílias, é um modo eficaz de preservar o negócio sem impor convivência desgastante.

Há ainda casos em que a venda total é o caminho mais sensato. Quando ninguém deseja seguir à frente, ela pode representar uma transição honesta e libertadora.

Independentemente da decisão, o planejamento é essencial. Empresas familiares que investem em contratos sociais bem elaborados, acordos de sócios atualizados e protocolos familiares claros têm melhores condições de conduzir essas transições com equilíbrio e segurança. Regras definidas sobre critérios de saída, prazos, formas de pagamento e destinação de bens ajudam a evitar disputas judiciais e protegem o que ainda pode – e deve – ser preservado.